

A UNIVERSIDADE COMO LUGAR DE SABER-PODER: ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO NA CIÊNCIA

TAIANE FEIJÓ¹;
CAMILA PEIXOTO FARIAS³

¹Universidade Federal de Pelotas – feijotaiane@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – pfcamila@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi produzido com base nas leituras e discussões realizadas no Pulsional: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas, coordenado pela Professora Doutora Camila Peixoto Farias.

A ciência, segundo HARAWAY (1991), pode ser vista como um campo de disputa de poder. Nesse sentido, aquilo que é debatido, estudado e produzido, como parte do saber científico, representa determinados contextos, localizações sociais e forças de poder. Como afirma FOUCAULT (1977, p. 31), "não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e constitua ao mesmo tempo relações de poder". Nossa sociedade é estruturada a partir de lógicas de poder e isso também estrutura o campo da ciência. Assim, o que é reconhecido como ciência não está separado das relações de poder.

Dessa forma, torna-se necessário analisar o que é entendido como saber científico na universidade, investigando seu embasamento filosófico e epistemológico. Dentre as lógicas de poder que encontramos agindo no âmbito científico nos interessa discutir sobre os atravessamentos de gênero na ciência tradicional e os seus desdobramentos. Faremos isso tendo como alicerce uma epistemologia feminista, a partir da ideia de saberes localizados.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é uma revisão teórica produzida a partir do método psicanalítico que sustenta-se na possibilidade de interpretação do que é desvelado em relação ao fenômeno que se estuda (DOCKHORN; MACEDO, 2016). Uma interpretação que não se propõe a ser universal, mas uma entre muitas possíveis.

A aplicação do método psicanalítico realizada fora do contexto clínico tradicional é denominada por LAPLANCHE (1992) como psicanálise extramuros, uma vez que se dirige, fundamentalmente, para fora do tratamento, aplicada aos fenômenos culturais. Desse modo, a análise da cultura, realizada por meio do método psicanalítico, considera a implicação da subjetividade daquele que interpreta e afirma que a mesma integra a análise, o processo de investigação e a interpretação, possibilitando o surgimento de novas descobertas e também a transformação de quem pesquisa (KOBORI, 2013).

Aquí o método psicanalítico é posto em diálogo com a epistemologia feminista de HARAWAY (1991), que reconhece a parcialidade e constrói uma objetividade corporificada e com a perspectiva de HARDING (1993), que aponta para a instabilidade inerente à produção científica, ressaltando que essa

instabilidade abre espaço para a formulação de novas perguntas e a ampliação das possibilidades interpretativas no processo de investigação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

HARAWAY (1991, p. 10) ao afirmar que “o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder”, evidencia que o que se entende por conhecimento não surge espontaneamente, ele é produzido, e, mais do que isso, é fabricado por alguém que almeja um poder específico. Dessa forma, podemos refletir sobre o conhecimento produzido nas universidades como um exemplo de como o saber está imbricado com relações de poder. A forma como o conhecimento é estruturado e disseminado nesse contexto está atravessada por uma relação de forças, o que implica que as escolhas sobre o que é considerado científico e relevante são, inevitavelmente, influenciadas por esses poderes. Portanto, decidir o que será tratado como científico em determinada formação é, inevitavelmente, um posicionamento político, com atravessamentos de gênero, raça e classe.

Ao apontar que a ciência está diretamente ligada à busca de tradução, convertibilidade, mobilidade de significados e universalidade e enfatizar que, para isso, uma linguagem específica é escolhida como o padrão para essas traduções e conversões, HARAWAY (1991) desvela a ciência tradicional como uma produção de saber enviesada. Isso se dá pelo fato de que a linguagem que realiza essa tradução, tem seus parâmetros definidos e responde à alguém, tendo suas próprias significações, embora isso fique invisibilizado em função de uma suposta “neutralidade”.

A autora tensiona a quem se refere esse parâmetro de linguagem e, dessa forma, também demonstra que existe um sujeito específico do saber por trás da aparente neutralidade. Ao indicar que trata-se de um olhar que vem de um suposto “lugar nenhum” e ocupa posições não marcadas, HARAWAY (1991) evidencia que esse sujeito oculto do saber, ao longo da história da ciência, é o homem branco cishetero europeu.

Para HARAWAY (1991), a visão, no sentido de perspectiva, é construída através de um modo específico de ver, constituído por meio de um sistema de percepção ativo. Assim, a produção científica que pretende definir verdades universais a partir de um saber totalizante não se sustenta, pois, inevitavelmente, parte de uma parcialidade, estando situada a partir de um lugar, ainda que não o demarque explicitamente. O relativismo, sendo o oposto dessa totalização, também impede o alcance de uma perspectiva que possibilite a produção científica, pois se esvazia de avaliação crítica e responsabilidade.

Como alternativa tanto a respeito do saber totalizante quanto ao relativismo, HARAWAY (1991) apresenta os saberes parciais, que consistem em modos localizáveis e situados de produção científica, que reconhecem a sua parcialidade e constroem a objetividade, justamente, a partir disso. Desse modo, a objetividade, no viés epistemológico feminista, é uma objetividade corporificada, que assume a posição que ocupa e o lugar a partir do qual enxerga e se responsabiliza por isso.

HARDING (1993) complementa as críticas de HARAWAY (1991) ao evidenciar que as teorias tradicionais, além de serem construídas a partir de um olhar marcado pelo poder, não foram fundamentadas nas experiências de mulheres, uma vez que não é com base nessas experiências que são gerados os problemas que as teorias investigam. Dessa forma, os conceitos formados a partir

das teorias tradicionais excluem, de sua formulação, perspectivas e experiências que seriam agregadoras para a construção de saberes. Se as teorias tradicionais não têm amplo embasamento e, pelo contrário, são fundamentadas em experiências de um grupo específico, cabe questionar qual o alcance delas para interpretação da realidade que é composta pela diversidade da experiência humana.

A crítica feminista traz a reflexão sobre o que a ciência tradicional escolhe não fazer e as exclusões que realiza, assim como o quanto essas ausências compõem as teorias, mesmo que de modo não reconhecido (HARDING, 1993). As decisões a respeito do que será objeto de pesquisa, assim como quem são os sujeitos e hipóteses investigadas, são pautadas em causas, que revelam posicionamentos ideológicos políticos. Ao passo em que se percebe a exclusão ao longo da história das experiências de mulheres da composição do saber científico como uma escolha, devemos investigar a quem essa ciência serve e o quanto deve ser considerada como verdade universal.

Todavia, tais teorias do conhecimento, patriarcais, além de não explicarem as experiências de mulheres, também não estão alicerçadas na pluralidade de experiências masculinas. Trata-se da experiência restrita aos homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais (HARDING, 1993). Esse recorte populacional específico é tido, socialmente, como ser humano universal, não marcado, sendo o referencial de norma. Dessa forma, levando em consideração que é a partir da experiência desse sujeito que a ciência tradicional se embasa para fundamentar suas teorias, fica evidente que, não somente essa ciência não é universal, como, inclusive, ela é restrita e particular.

A ideia de homem universal é acompanhada do imaginário da mulher como sua companheira oculta. Cabe destacar que ao pensarmos sobre mulheres estamos diante de um grupo heterogêneo e plural que precisa ser pensado de forma interseccional, a partir de classe, raça, cultura, entre outros (HARDING, 1993). Nesse cenário universal, a mulher não existe enquanto sujeito, assim como os homens que não atendem aos requisitos de cisheteronormatividade branca e burguesa. Ao questionar essa estrutura da universalidade e apontar que nem mesmo à masculinidade esse lugar serve, a instabilidade que surge pode ser uma via para se pensar modos singulares de existir como sujeitos.

HARDING (1993) indica a falta de estabilidade nas categorias analíticas e a inexistência de um esquema permanente para a construção de explicações científicas. A autora sugere a aceitação dessa instabilidade, propondo uma reflexão teórica que utilize as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática. Além disso, ressalta que as categorias analíticas feministas devem, de fato, ser instáveis, pois teorias coerentes e consistentes em um mundo de realidade instável e incoerente acabam sendo obstáculos ao conhecimento. Assim, ao invés de se preocupar em estabilizar e oferecer respostas definitivas, a crítica feminista foca em formular problemas.

Para a produção de uma ciência feminista, HARDING (1991) propõe a objetividade forte como um caminho interessante, superando a concepção de objetividade neutra oriunda da perspectiva tradicional de ciência. A autora aponta, assim, para uma objetividade que reconhece a(o) pesquisadora(o) como situada em um contexto social, inserida em uma estrutura social e política, que atravessa o seu modo de produzir conhecimento.

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista os pontos discutidos torna-se evidente que a universidade reproduz lógicas de poder patriarcais. No entanto, movimentos de transformação surgem a partir de questionamentos, de modos de existir que escapam à norma, reflexões que superam o dualismo cartesiano e teorias do conhecimento que não se limitam ao positivismo. Assim, criam-se as instabilidades necessárias para a singularidade da existência e a produção científica situada, marcada por gênero, classe e raça.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCKHORN, C.; MACEDO, M. Estratégia Clínico-Interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 4, p.529-535, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.1, n. 5, p.7-41, 2009.

HARDING, S. **Whose science? Whose knowledge?: Thinking from women's lives**. United States of America: Cornell University Press, 1991.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n.1, p.7-32, 1993.

KOBORI, E. Algumas considerações sobre o termo Psicanálise Aplicada e o Método Psicanalítico na análise da Cultura. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v.12, n.2, p.73-81, 2013.

LAPLANCHE, J. **Novos fundamentos para a psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.